

Problemas jurídicos em forma de cartilha

CAROLINA CARABALLO

DA EQUIPE DO CORREIO

Foram sete anos sem receber pensão. Dona de casa, sem muito estudo — cursou até a 5ª série do ensino fundamental —, Deuselita Almeida Amorim, 42 anos, se virou como pôde para sustentar os dois filhos. O nascimento do terceiro, depois de separada, só deixou a situação mais complicada. A moradora do Areal, bairro pobre de Taguatinga, vendia roupas em casa, trabalho que não exigia muito das pernas deformadas pela paralisia infantil. Queria lutar pelo direito de receber ajuda financeira do ex-marido, mas tinha medo de advogados, tribunais, Justiça.

A sorte de Deuselita mudou há dois anos, quando recebeu na escola do filho um panfleto sobre a Justiça Comunitária. Com a mediação de uma pessoa da própria comunidade, ela conseguiu fazer com que o ex-marido pagasse a pensão dos filhos. O projeto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) treina pessoas da própria comunidade para lidar com problemas judiciais. Elas aprendem noções de direitos humanos, de família, de moradia, do consumidor, entre outros, para depois ajudar a re-

solver conflitos alheios. São os agentes comunitários de Justiça.

Para auxiliar o trabalho dos agentes, o TJDFT lança hoje a cartilha Direito de Saber, com ajuda financeira da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. São três mil exemplares distribuídos em Taguatinga e Ceilândia. Em forma de fotonovela, o material didático trata de problemas com os quais Luzia Lúcio Lopes Araújo convive diariamente. A agente comunitária, moradora de Taguatinga, lida com partilhas, inventários, separação, adoção, investigação de paternidade.

“A cartilha é muito importante porque transmite informações de forma clara para a população”, informa Luzia. “Gostei tanto da idéia, que participei da fotonovela como uma personagem que apanha do marido e não tem coragem de pedir a separação.” Caso consiga verba, o TJDF pretende aumentar a tiragem.

O material será mais um instrumento usado pelos agentes comunitários nesse projeto que nasceu em 2001, em Ceilândia, e já ganhou projeção nacional. Em parceria com a faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), o Ministério Público local (MPDF) e a Defensoria Pública do DF, o Tribunal de Justiça expandiu o programa para Taguatinga, no ano seguinte. Ennessas cidades pessoas como Deuselita recebem ajuda diária.

O medo que a dona de casa tinha dos assuntos ligados à Justiça foram embora quando recebeu a visita do agente. Era um homem como ela, humilde, que morava a duas quadras. Conversaram de igual para igual. “Consegui falar abertamente sobre o meu drama. E o agente se propôs a conversar com ele, chegar a um acordo.”

Usando as palavras certas, o voluntário convenceu o homem da importância da pensão, hoje paga em dia. E mais: conseguiu o reconhecimento das crianças. “O agente explicou a importância da presença do pai para a vida dos filhos. E disse que, se a paternidade fosse provada na Justiça, teria que pagar a pensão do mesmo jeito, além de passar pelo desgaste de um processo”, diz Deuselita.

Diálogos mediados

Secretária-executiva do projeto Justiça Comunitária, Vânia Sibylla Pires explica que um dos principais papéis dos agentes é justamente servir de mediador para um acordo. “Eles recebem um treinamento que dura cerca de quatro meses e estão aptos a escutar problemas, orientar, fazer com que as duas partes con-

Cádu Gomes/Cb/4.3.05



DEUSELITA CONTOU COM A AJUDA DE UM AGENTE PARA RECEBER PENSÃO

Edison Rodrigues/CB4.3.05



FRASE

“QUEREMOS 20 AGENTES PARA CADA UM DOS CENTROS. ELES FICARÃO NO CARGO POR DOIS ANOS E DEPOIS ABRIRÃO ESPAÇO PARA NOVAS PESSOAS”

Gláucia Falsarelli Foley,
juíza e idealizadora do
programa Justiça
Comunitária

SEJA UM DELES

A seleção para agente comunitário está com inscrições abertas. Para se candidatar, basta ligar para o Centro Comunitário de Justiça de Taguatinga ou de Ceilândia, das 12h às 19h. O interessado deve morar em uma das duas cidades

PEÇA AJUDA

Quem mora em Taguatinga ou na Ceilândia pode contar com o auxílio de um agente comunitário. Ligue para um dos números abaixo e marque uma conversa:

■ Centro Comunitário de Justiça e Cidadania de Ceilândia — 371-0000, ramal 598

■ Centro Comunitário de Justiça e Cidadania de Taguatinga — 353-8014

versem”, afirma.

Hoje, Ceilândia tem 15 agentes comunitários. Taguatinga, apenas nove. De acordo com a idealizadora do projeto, a juíza Gláucia Falsarelli Foley, o processo de seleção para voluntários está com as inscrições abertas (*leia quadro abaixo*). “Queremos 20 pessoas para cada um dos cen-

tros”, revela. “Elas ficarão no cargo por dois anos e depois abrirão espaço para novos agentes.” A juíza explica que mesmo sem atuarem diretamente com o TJDF, os ex-agentes continuam a ajudar na comunidade. “Eles se tornam conhecidos pelos moradores locais e são procurados quando surge algum conflito.”